



GÊNERO E EDUCAÇÃO

GUACIRA LOPES LOURO E DAGMAR ESTERMANN MEYER

Organizar este dossiê se consistiu, para nós, num grande desafio. Por certo, não precisamos “inventar” justificativas para a oportunidade de sua publicação: de um lado, porque a demanda pela inclusão na REF de artigos voltados para a Educação já vem se manifestando há algum tempo; de outro lado, porque reconhecemos que as questões de gênero e sexualidade vêm ganhando espaço nas análises e pesquisas educacionais, ainda que não com o ritmo ou da forma como muitas de nós, estudiosas feministas, desejávamos e esperávamos. De qualquer modo, entendemos que a articulação entre Educação e Estudos Feministas é um processo em curso e que o dossiê deveria ser representativo desse processo. Tal tarefa nos parecia, contudo, quase impossível de ser realizada a contento.

Diversas questões e temáticas, com distintas perspectivas teóricas e enfoques metodológicos, vêm sendo priorizadas e assumidas por educadoras/es, trabalhadores/as culturais e intelectuais. Essas estudiosas e esses estudiosos estão, por sua vez, espalhados em diversos centros de pesquisa, universidades ou escolas, formam núcleos e grupos de estudos ou trabalham isoladamente, em várias regiões do País, e tentam estabelecer um diálogo com a teorização e a produção internacional da área. Seria preciso reconhecer, ainda, que, não apenas nestes espaços mas também em escolas e centros comunitários, alguns docentes e estudantes questionam suas experiências e ensaiam práticas sob a ótica do gênero. Um processo, portanto, plural, polêmico e complexo, no qual práticas educativas e pedagógicas cotidianas incitam questões e problemas teóricos, ao mesmo tempo que novas teorias e movimentos sociais provocam ou transformam as práticas pedagógicas. Seria possível expressar adequadamente essa multiplicidade?

O presente dossiê traz apenas uma pequena amostra desse quadro. Os artigos que se seguem, produzidos por estudiosas de algumas instituições brasileiras, são construídos a partir de diferentes posições disciplinares e teóricas e elegem algumas temáticas relevantes para o campo educacional, mais uma vez, distintamente concebidas. A leitora ou o leitor atento poderá perceber pontos divergentes e de tensão entre eles. Entendemos, contudo, que essa característica se constitui em uma das “marcas” mais instigantes e produtivas do feminismo e que, portanto, não há sentido em negá-la.

No artigo que abre o dossiê, “Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo”, Fúlvia Rosemberg questiona a esperada articulação entre os estudos de gênero e o campo da educação e, com apoio de dados quantitativos recentes, apresenta um quadro crítico da situação de homens e mulheres no sistema educacional brasileiro. A autora analisa, ainda, as metas nacionais e internacionais hoje afirmadas em relação à igualdade de oportunidades de gênero na educação e põe em discussão

algumas das interpretações convencionais.

Em “Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a Educação”, Guacira Lopes Louro busca analisar questões significativas da teorização *queer* e indicar alguns desafios que ela pode sugerir ao campo educacional. “Como”, pergunta a autora, “uma tal teoria, declaradamente não propositiva, pode ‘falar’ a um campo que, tradicionalmente, vive de projetos e de intenções, objetivos e planos de ação?” A transgressão de fronteiras sexuais e de gênero e o questionamento da dicotomia heterossexualidade/homossexualidade – centrais na análise *queer* – servem aqui de mote para refletir sobre o atravessamento e a contestação de muitos outros binarismos importantes para o campo educacional.

Para construir o artigo intitulado “Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas”, Marília Carvalho recorre a uma pesquisa qualitativa realizada com docentes de uma escola pública de ensino fundamental em São Paulo. Os depoimentos favorecem uma aproximação mais ‘direta’ ao cotidiano escolar e permitem à autora uma análise interessante dos critérios de avaliação e das opiniões dos/das docentes sobre comportamentos, atitudes, sucessos e insucessos de meninos e meninas.

Helena Altmann privilegia uma questão que, nos últimos anos, ocupa (e preocupa) professoras e professores das escolas brasileiras, ou seja, as diretrizes dos PCNs. No artigo “Orientação Sexual nos parâmetros curriculares nacionais”, a estudiosa discute como o dispositivo da sexualidade é apresentado neste documento oficial e as proposições que são feitas para operar nas escolas com este ‘tema transversal’. Finalmente, ela se volta para os efeitos de tais propostas nas salas de aula, mais particularmente, nas atividades da Educação Física.

O artigo que encerra o dossiê, “Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV”, assinado por Rosa Fischer, sai do espaço escolar e assume a educação em seu sentido mais amplo. Recorrendo a conceitos de Michel Foucault e Homi Bhabha, bem como às formulações de Maria Rita Kehl sobre a enunciação do feminino, a autora analisa criticamente o discurso que a televisão brasileira vem produzindo sobre as mulheres.

Longe de sugerir conclusões ou propostas definitivas, esperamos que este conjunto de textos estimule o debate e suscite outros estudos e análises sobre possíveis articulações entre a Educação e os Estudos Feministas.

As organizadoras